

CONHECIMENTO

EDIÇÃO DE 2013 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2013 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Conhecimento
Copyright © 2013 do autor
Luís Estevinha Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0009>

Todos os direitos reservados

Resumo

O conhecimento é objecto de inquérito na filosofia ocidental desde Parménides e Platão. O interesse pelo conhecimento *proposicional* despontou a partir da década de 60 do Século 20 com o Problema de Gettier. A Definição Tradicional do Conhecimento, ou análise tripartida, foi então seriamente questionada e o projecto de encontrar uma análise em ordem do conceito de conhecimento teve início. Cinquenta anos volvidos, muitos aceitam que o problema está por solucionar. Neste artigo, introduz-se de forma concisa o roteiro para a compreensão destes problemas.

Palavras-chave

Conhecimento, Verdade, Justificação, Análise, Gettier.

Abstract

Since Parmenides and Plato that knowledge is subject of philosophical examination in western philosophy. The concerns about *propositional* knowledge emerged in the sixties of the 20th century, mostly caused by the Gettier Problem. The Traditional Definition of Knowledge, or JTB analysis, is under fire since then, and the quest for a proper conceptual analysis of knowledge started at that time. Fifty years later, many accept that this problem is still unsolved. The paper introduces a concise roadmap for the understanding of these problems.

Keywords

Knowledge, Truth, Justification, Analysis, Gettier.

Conhecimento

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0009>

Introdução

O conhecimento é descrito de numerosas maneiras no seio da epistemologia normativa contemporânea. Alguns dos rótulos mais usados são: conhecimento proposicional, factual, objectual, perceptual, por habilidade, por contacto, por descrição, empírico, *a priori*, indutivo, potencial (*would-be knowledge*), fundacional, inferencial, não-inferencial, animal, reflexivo, etc. Estas designações parecem indicar mais o modo como o conhecimento é intrinsecamente ou, em alternativa, algumas das suas propriedades intrínsecas, e menos o seu conteúdo ou o seu objecto. Por outro lado, o conhecimento é frequentemente qualificado de comum, social, informacional, científico, tecnológico, lógico-matemático, moral, religioso, histórico, filosófico, etc. Por sua vez, estas etiquetas parecem derivar a sua razão de ser do conteúdo ou objecto do tipo conhecimento por elas qualificado. Seja como for, perante esta multiplicidade de sentidos da palavra ‘conhecimento’ torna-se difícil apresentar uma elucidação do fenómeno que seja, a um tempo, maximamente abrangente e explicativa. Por exemplo, uma dificuldade que de imediato se coloca é a de compreender se, quando falamos de conhecimento, estamos perante uma complexa teia de conceitos com semelhanças de família, cujos componentes identificam individualmente coisas diferentes, ou se há uma só entidade que manifesta diferentes propriedades. Não parece estar ainda disponível uma resposta clara para esta dificuldade. E essa lacuna dificulta bastante a tarefa de responder ao que chamarei Questão-C, ou seja, a questão “O que é o conhecimento?”.

Na segunda metade do Século 20 e princípio do 21, o escopo temporal deste artigo, os debates em torno do tema Conhecimento incidiram principalmente, mas não apenas, sobre o chamado “conhecimento proposicional”, *grosso modo*, conhecimento de uma proposição verdadeira, como por exemplo a proposição *a neve é branca*. Em grande medida, a discussão em torno do conhecimento fez-se em três vertentes: a epistemológica, a conceptual e a linguística. Na primeira vertente discutiu-se a *natureza* e *propriedades* do conhecimento. Na segunda discutiu-se o próprio *conceito* de conhecimento e a sua

Publicado pela primeira vez em 2013

relação com outros conceitos de conhecimento. Na terceira vertente discutiu-se principalmente a *estrutura logico-linguística* e o *comportamento semântico* de expressões que relatam conhecimento ou servem para fazer atribuições de conhecimento (ou de ignorância) a um qualquer agente cognitivo. Não destrinchando ou esmiuçando isoladamente cada uma destas três vertentes, o presente artigo faz porém incursões em todas elas, de modo a fornecer uma perspectiva tanto quanto possível abrangente do problema entre mãos.

Propõe-se um roteiro composto por duas secções. Na secção 1 esclarecem-se alguns pontos preliminares e enquadra-se à luz da epistemologia normativa o problema levantado pela Questão-C. Na secção 2 revisitam-se algumas das mais salientes tentativas de responder a essa questão.

Secção 1

Nesta secção introduzem-se alguns pontos preliminares que visam emoldurar histórica e conceptualmente a Questão-C.

1.1. *Redutibilidade*

Embora exista uma tendência na epistemologia normativa para tomar o conhecimento proposicional como o tipo de conhecimento mais inclusivo, não é contudo pacífico que todos os tipos de conhecimento possam ser reduzidos a esse tipo de conhecimento. Considere-se, por exemplo, o caso dos jovens seres humanos que ainda não possuem o arcaboço conceptual e linguístico suficiente a ponto de poderem entender ou expressar proposições. Seria talvez excessivo negar que eles possuem conhecimento, sendo no entanto claro que esse conhecimento não pode ser conhecimento proposicional, uma vez que este parece exigir um domínio linguístico e conceptual que não possuem.

A dificuldade em reduzir todos os tipos de conhecimento ao proposicional é igualmente evidenciada pelo debate entre os defensores do intelectualismo, nomeadamente Stanley and Williamson 2001 e Stanley 2011, e os paladinos do anti-intelectualismo, por exemplo, Noë 2005. Famosamente iniciado por Ryle 1949, um anti-intelectualista, o debate centra-se na possibilidade de o conhecimento-de-como (acima designado por conhecimento por habilidade, por exemplo, o

conhecimento que se tem quando se sabe andar de bicicleta) ser redutível ao conhecimento proposicional. Os intelectualistas defendem essa tese e os anti-intelectualistas rejeitam-na. Independentemente de quem tenha ou não razão, o próprio debate revela que a possibilidade de redução não é bem-vista por muitos. Isso parece ser suficiente para não se aceitar precipitadamente a tese da redutibilidade.

Não obstante haver resistências fortes à tese de que o conhecimento proposicional é *totalmente* inclusivo, tanto quanto podemos afirmar não há objeções de monta à tese de que é um dos mais inclusivos, ou mesmo à tese de que é o mais inclusivo. De modo que, se assim, for, justifica-se que o coloquemos neste artigo como o alvo preferencial da Questão-C.

1.2. *Formatos de resposta à Questão-C*

As tentativas de definir o conhecimento costumam apresentar-se em um de dois formatos: (i) análises conceptuais e (ii) elucidações nominais (que não aspiram ao estatuto de análise conceptual). As tentativas do tipo (i) procuram estabelecer identidades e equivalências extensionais entre o *definiendum* ‘conhecimento’ e um dado *definiens*, tal como por exemplo se estabelece a identidade e a equivalência extensional entre o *definiendum* ‘Água’ e o *definiens* ‘H₂O’. As tentativas do tipo (ii) não reclamam estabelecer esta identidade ou equivalência, limitando-se a clarificar o fenómeno e o seu conceito à custa de certas ideias que, objectiva ou apenas intuitivamente, estão associadas a esse fenómeno e ao seu conceito.

Parece todavia haver um conjunto padrão de requisitos teóricos que têm de ser satisfeitos por todas as tentativas de resposta à Questão-C. Zagzebsky (1999: 95) elenca-os. Uma definição do conhecimento (1) não pode ser *ad-hoc*, (2) negativa, (3) circular, (4) deve ser breve e precisa, e (5) os conceitos no *definiens* devem ser menos obscuros do que o conceito que definem. Alegadamente, definições que não satisfaçam os preceitos (1) a (6) não são boas explicações do conhecimento.

1.3. *Crença (Ver entrada CRENÇA)*

Tradicionalmente é aceite que uma das condições necessárias para X

saber que p é X acreditar que p . Alegadamente, X não pode saber que a neve é branca se não acreditar que a neve é branca. Assim, diz-se, a condição de crença tem de ser satisfeita para um qualquer X ter conhecimento.

Condição 1: X acredita que p

A necessidade desta condição não é absolutamente pacífica, segundo Radford 1966.

1.4. *Verdade (Ver entrada VERDADE)*

Não há conhecimento sem que aquilo que é alvo de crença seja o caso. Por exemplo, não se pode saber que a neve é branca se a neve for azul, e não se pode saber que as órbitas dos planetas do sistema solar são circulares se forem elípticas. Esta intuição (sugerida por Parménides, Platão e muitos outros que lhes sucederam) é amplamente aceite contemporaneamente e traduz-se em mais uma condição necessária:

Condição 2: é verdade que p

Outra formulação típica é da condição 2 é

Condição 2*: p

Deve-se porém notar que a noção de verdade é tão ou mais difícil de enquadrar e conceptualizar quanto a própria noção de conhecimento. E a existência de muitas teorias rivais acerca da verdade não pode ser omitida. Em todo caso, os epistemólogos tendem a usar uma noção genérica e operacional de verdade, pressupondo com isso, em regra, uma teoria correspondentista da mesma (i.e., o facto f é o fazedor de verdade da proposição p).

1.5. *A relação de suporte*

Pode o conhecimento ser apenas crença verdadeira? Suponha-se que X despertou de um sonho no qual JFK fora assassinado. Como X confia muito (talvez demasiado) no poder premonitório dos seus sonhos, passa a acreditar que JFK morreu. A essa mesma hora, JFK é assassinado. Essa informação não está contudo disponível para X.

Segue-se portanto que X acredita que JFK morreu e isso é verdade. As duas condições necessárias para o conhecimento descritas até este momento são satisfeitas, mas não se pode atribuir a X o conhecimento acerca da morte de JFK porque a evidência que X possui para acreditar na morte de JFK é insuficiente. Isto significa que não basta haver crença e verdade para haver conhecimento. Além disso, segundo Neta 2011 e muitas outras vezes, terá de existir uma relação de suporte adequada entre a crença e aquilo que contribui para a formar e sustentar.

1.6. *Justificação*

A exigência clássica de suporte adequado das nossas crenças manifesta um conjunto de desideratos epistémicos há muito identificados: evitar o erro e a ilusão, procurar activamente a verdade, acreditar apenas no que é racional e plausível, são *disposições* com *outputs* epistémicos relevantes que devem ser objectivamente abraçadas por todo aquele que pretende saber. John Locke e René Descartes encabeçam a lista dos defensores clássicos da ideia de que a aquisição de conhecimento exige que o agente faça trabalho epistémico relevante. Com eles, a noção de conhecimento passa a estar associada à ideia de crença *justa* ou *justificada*. Pensadores como Pollock 1986, Hack 2001 e Bonjour 2004 defendem a necessidade de uma ligação estreita entre a responsabilidade epistémica de um agente e a justificação das suas crenças. Na linha de Alston 1989 e 2007, esta posição é apelidada de deontologismo epistémico, ou teoria responsabilista da justificação, supondo a perspectiva que é possível um agente controlar voluntariamente o processo de formação das suas crenças. Esta hipótese de controlo voluntário está porém longe de recolher consenso.

Em todo o caso, claramente inspirados pela tradição lockiana e cartesiana, pensadores como Lewis 1956, Ayer 1956 e Chisholm 1957 e 1989, parecem indicar a seguinte como uma condição necessária para o conhecimento:

Condição 3: X está justificado em acreditar que *p*

Esta condição reclama que é o *agente* que deve estar justificado. Todavia, parece ser possível um agente possuir justificação para acreditar que *p* (justificação situacional) sem que a sua *crença* esteja justificada

(justificação *doxástica*), simplesmente porque esse agente não possui essa crença (de forma ocorrente, embora possa tê-la disposicionalmente). Para acomodar esta importante distinção, altera-se em regra a condição 3 para a seguinte fórmula:

Condição 3*: *a crença de X que p está justificada*

Segundo Fumerton 2001, a noção de justificação emergente na condição 3* é caracterizada de muitas maneiras na literatura. Além das três caracterizações descritas acima, temos ainda as seguintes: justificação epistémica, racional, interna, externa, falível, infalível, etc. Adiante veremos a importância de algumas destas caracterizações para a Questão-C.

1.7. *A Definição Tradicional do Conhecimento*

A chamada Definição Tradicional do Conhecimento (DTC), ou análise tripartida do conhecimento (referindo-se esta análise por vezes à entidade e por outras ao seu conceito), sugere que X sabe que p se e somente se as três condições acima descritas forem satisfeitas:

Condição 1: X acredita que p

Condição 2: p

Condição 3: A crença de X que p está justificada

(Definição Tradicional do Conhecimento)

Se a DTC estiver em ordem, o conhecimento *é* crença verdadeira justificada. A cópula ‘é’ indicará neste caso a equivalência extensional dos conceitos ‘conhecimento’ e ‘crença verdadeira justificada’. O conhecimento é pois, segundo a DTC e no sentido identitário da expressão, crença verdadeira justificada.

1.8. *O Problema de Gettier*

A DTC é um aglomerado de quatro teses filosóficas. As três primeiras sugerem a *necessidade* de cada condição que a própria definição estabelece individualmente, ao passo que a quarta indica a suficiên-

cia conjunta dessas três condições. Cada uma destas teses pode ser questionada. Por exemplo, Sartwell 1991 famosamente rejeita a tese da necessidade da justificação quando propõe que o conhecimento é apenas crença verdadeira. E com o muito discutido exemplo do estudante que no exame acerta por sorte na resposta correcta à questão que lhe é colocada, sem contudo acreditar nessa resposta, Radford 1966 contesta a tese da necessidade da crença. Não tendo muitos seguidores, estas perspectivas têm contudo o mérito de mostrar que as teses da necessidade podem ser disputadas e não são auto-evidentes.

Mas o verdadeiro desafio à DTC, tanto do ponto de vista histórico como conceptual, consiste na falsificação e rejeição da sua quarta tese, a da suficiência das três condições. Historicamente, o problema da suficiência parece ter sido exposto pela primeira vez, de forma intencional e explícita, por Gettier (1963: 121-123). Conceptualmente, Gettier apresentou dois contra-exemplos à quarta tese da DTC que, tendo em conta uma vasta maioria de opiniões, falsificam essa tese e, por conseguinte, falsificam a própria DTC. Para ilustrar o argumento de Gettier, recupera-se de seguida, com algumas alterações, o seu segundo contra-exemplo.

Suponha-se que Smith tem bons indícios para acreditar na seguinte proposição:

(A) Jones tem um Ford

Embora Smith possua evidência para acreditar em (A), essa proposição é falsa; pois ainda que Jones conduza actualmente um Ford alugado e tenha em tempos tido um Ford, agora não é proprietário de um carro dessa marca. Ignorando Smith a falsidade de (A), uma vez que tem evidência para acreditar que (A) é verdadeira (que Jones conduz um Ford, que em tempos teve um Ford, etc) infere a seguinte proposição:

(C) Jones tem um Ford ou *Brown está em Barcelona*

Note-se que Smith não faz ideia de onde possa estar o seu amigo Brown nesse momento, mas ainda assim aceita que (C) é verdadeira, porque aceita que (A) é verdadeira, passando assim a acreditar em (C). Estranhamente, o palpite de Smith acerca da localização de Brown está certo, pois embora Smith o ignore, Brown está de facto em Barcelona nesse instante. Assim, (C) é verdadeira, porque Brown

está em Barcelona (uma disjunção só é falsa se ambos os disjuntos o forem) e está justificada, porque embora (A), que é um disjuncto de (C), seja falsa, ela está justificada pela evidência que Smith possui para acreditar nela, e essa justificação que Smith tem para (A) transmite-se (princípio do fecho para a justificação) para (C). Smith tem pois uma crença verdadeira e justificada que (C), mas – intuitivamente, pelo menos – Smith não sabe que (C).

Para Zagzebski (1999: 99-101), os contra-exemplos de Gettier e similares parecem sustentar-se em duas intuições. A primeira é a de que o conhecimento é incompatível com o modo acidental como certas crenças são verdadeiras. Este é o problema do acaso epistémico. A segunda intuição é a de que não basta as crenças candidatas a conhecimento estarem justificadas para o serem, mas é necessário, além disso, que estejam apropriadamente sustentadas. Esse é o problema da natureza e alcance da evidência e de como ela suporta aquilo em que um agente cognitivo acredita

A chamada “Indústria-Gettier” é uma longa e multifacetada discussão filosófica em torno do Problema de Gettier e do modo como deve ser solucionado. Por exemplo, Rodrigues (2012: 28) propõe uma tipologia de respostas ao Problema de Gettier. Nela constam duas categorias maximamente inclusivas, as respostas de carácter positivo e as de carácter negativo. No interior do primeiro conjunto encontramos as seguintes vias: (1) a demissão da força dos casos Gettier e a respectiva afirmação da validade da DTC, Pailthorp 1969; (2) a solução de Sartwell (ver acima); (3) Alterar o próprio conceito de conhecimento de modo a acomodar os casos Gettier, Hetherington 1999; (4) Reforçar a DTC acrescentando-lhe uma ou mais condições, Lehrer e Paxson, ver a Secção 2.2. deste artigo; (5) Substituir a condição de justificação por outra ou outras mais eficazes que evitem contra-exemplos, vários.

No interior do segundo conjunto de respostas encontramos duas estratégias. A primeira passa por questionar a formulação do próprio Problema de Gettier e as intuições que lhe subjazem, Weatherston 2003. A segunda passa por demitir a possibilidade de solução do problema, Williamson 2000.

Secção 2

Nesta secção apresentam-se sucintamente algumas das mais salientes tentativas contemporâneas de responder positiva ou negativamente à Questão-C, com ênfase no tratamento dos problemas do acaso epistémico e da sustentação das crenças, os quais motivam os principais desideratos epistémicos subjacentes a essas tentativas.

2.1. *Justificação sem falsidades*

Numa das primeiras respostas ao artigo de Gettier, Clark 1963 sugere que o conhecimento é crença verdadeira justificada cujo processo de formação *não* contém, ou depende de, falsidades, algo que não sucedia nos casos apresentados por Gettier. Ou seja, X sabe que p se, e só se,

Condição 1: X acredita que p

Condição 2: p

Condição 3: A justificação da crença de X que p não depende de falsidades

(Ausência de falsidades)

Esta refinação da DTC, aparentemente solucionadora, é porém rejeitada por alguns críticos, por exemplo, Saunders and Champawat 1964, alegadamente por ser demasiado forte. Já Rozeboom 1967 propõe o seguinte caso de uma crença que, sendo conhecimento, contém no entanto falsidades no seu processo de formação. Num domingo à tarde, a senhora Silva vê o carro dos seus vizinhos, a família Pereira, sair da garagem. Ela sabe que os Pereira saem para um passeio no campo todos os domingos à tarde. Uma vez que a senhora Silva também acredita que *todos* os Pereira estão no carro nesse dia, ela infere correctamente que *a senhora Pereira não está em casa a essa hora*, ficando a sabê-lo. Não obstante, é falso que *todos* os Pereira estejam no carro nesse dia, pois uma das crianças está na festa de aniversário de um amigo. Assim sendo, há uma falsidade na cadeia de sustentação da crença da senhora Silva. Essa falsidade é a de que *todos* os Pereira

estão no carro nesse dia. Mas o facto de essa cadeia de sustentação possuir essa falsidade não nos inibe de atribuir à senhora Silva o conhecimento de que a Senhora Pereira não está em casa nesse dia.

2.2. *Infalibilidade da justificação*

Lehrer and Paxson 1969 propõem que o conhecimento (não-inferencial) é crença verdadeira infalivelmente justificada. Para eles, nos casos Gettier a justificação é falível porque há uma proposição verdadeira que anula a justificação da crença de X. Assim, Lehrer e Paxson propõem que X tem conhecimento que p se, e só se,

Condição 1: p

Condição 2: X acredita que p

Condição 3: há uma proposição r que justifica completamente X em acreditar que p e não existe qualquer proposição q que anule esta justificação

Condição 4: uma proposição q invalidará a proposição/justificação r que X tem para acreditar que p se (a) q é verdadeira e (b) a conjunção de p e q não justifica completamente S em acreditar que p (invalidante da justificação)

(Infalibilidade da justificação)

Importa sublinhar que Lehrer e Paxson corrigem a sua própria noção de invalidante da justificação porque pensam que ela é demasiado exigente, uma vez que permite que certas proposições verdadeiras possam invalidar uma justificação quando não têm legitimidade para o fazer. O caso Tom Grabit, avançado pelos próprios, é o paradigma dessa ilegitimidade. Suponha-se que X vê Tom a sair da biblioteca com um livro escondido no casaco, passando assim a acreditar justificadamente que (A) Tom furtou o livro. Contudo, a mãe de Tom, uma mentirosa compulsiva e recorrente, afirma que quem furtou o livro foi o irmão gémeo de Tom, John, um cleptomaniaco, o que é falso (vamos supor que John não estava na biblioteca nessa ocasião). Considerando a definição de infalibilidade da justificação, a proposi-

ção verdadeira (B) ‘A mãe de Tom disse que quem roubou o livro foi o seu irmão gêmeo’ é aparentemente um invalidante da justificação que X tem para acreditar que (A), uma vez que (B) é verdadeira e a sua conjunção com (A) impede que X esteja completamente justificado em acreditar que (A). Lehrer e Paxson alegam no entanto que (B) não é realmente um invalidante da justificação que X tem para a sua crença (A); porque, apesar de verdadeira, essa proposição não está ela própria infalivelmente justificada, uma vez que há uma proposição verdadeira (C), ‘a mãe de Tom é uma mentirosa recorrente’, tal que a sua conjunção com (B) impede que X esteja completamente justificado em acreditar que (B), etc.

Embora atrativa, a definição de infalibilidade da justificação foi sendo rejeitada. Por exemplo, Lycan and McCall 1974 argumentam que embora esta análise disponha condições necessárias para o conhecimento, ela colapsa na própria DTC, sendo *ipso facto* redundante e insuficiente (porque a DTC já o era).

2.3. Causalidade epistémica

Um problema sério que afeta as crenças *gettierizadas* é a desconexão causal entre os fazedores de verdade (plausivelmente, factos) que tornam essas crenças verdadeiras e essas mesmas crenças. Por exemplo, no contra-exemplo de Gettier acima exposto não há qualquer conexão causal entre o facto de Brown estar em Barcelona e a crença de Smith de que Brown está em Barcelona. É pois por mero acidente que essa crença é verdadeira. As teorias causais, por exemplo em Goldman 1967, defendem que a condição de justificação da DTC deve ser substituída (ou complementada) por uma condição que imponha esse vínculo causal entre facto e crença. Assim, genericamente, X sabe que *p* se e só se

Condição 1: X acredita que *p*

Condição 2: *p*

Condição 3: *p* é a causa da crença de X ou está causalmente ligado a essa crença

(Causalidade epistémica)

As teorias causais não estão isentas de crítica. Por exemplo, Shope (2002: 33) refere-se ao modo pouco plausível como a condição de causalidade lida com algumas proposições universais, como por exemplo, a proposição ‘o ferro é magnético’. Sendo uma crença nesta proposição um forte candidato a conhecimento, não é talvez razoável pensar que *X* acredita nela por *causa do facto* de o ferro ter propriedades magnéticas, mas porque aprendeu na escola ou com um amigo cujo testemunho é fiável, etc. A réplica dos defensores do desiderato da ligação causal será talvez que, no caso da proposição acima, não sendo as propriedades magnéticas a causa directa da formação da crença de *X*, esse facto é indirectamente o fazedor-de-verdade que torna a crença verdadeira, e que, por isso mesmo, a supracitada conexão causal é necessária. Mas este tipo de respostas esbarra com as habituais chamadas de atenção dos críticos das teorias causais para o problema das cadeias causais desviantes. Por exemplo, Plantinga (1993: 69) defende que “Eu não acredito que *B* com base em *A* apenas porque *A* causa a minha crença que *B*”, apoiando esta afirmação com o seguinte caso:

Subitamente, ao ver Sílvia, eu formo a crença de que estou a vê-la; fico por isso agitado e deixo cair a minha chávena de chá, queimando a minha perna. Formo então a crença de que a minha perna dói; mas embora a minha primeira crença seja (em parte) a causa da segunda, não é o caso que eu aceite esta última com base na evidência fornecida pela primeira.

O caso parece mostrar um desfasamento epistémico entre a causa primeira da crença e a evidência que realmente contribui para a sua formação. Se assim for, o vínculo causal pode não ser uma condição necessária para o conhecimento.

2.4. *Rastreado a verdade, segurança epistémica e aptidão cognitiva*

O alcançar da verdade é tido como um dos principais bens epistémicos. Uma das intuições recorrentes na Indústria-Gettier e afins é a de que alcançar a verdade pode não ser suficiente para o conhecimento se o modo como a ela se chega for meramente accidental. Algumas tentativas de responder à Questão-C põem o foco neste importante aspecto. Por exemplo, Dretske (2000: 3-17) propõe que *X* sabe que

p se, e só se,

Condição 1: X tem razões conclusivas, r , para (X acreditar que) p

Condição 2: se r é uma razão conclusiva para p , então não seria o caso que r se não fosse o caso que p

(Razões conclusivas)

Nozick (1981:172-173) sugere uma definição inspirada por um desiderato epistêmico semelhante, contudo diferente na forma. Para ele, X sabe que p se, e só se,

Condição 1: X acredita que p

Condição 2: p

Condição 3: X não acreditaria que p se não- p

Condição 4: X acreditaria que p apenas se p

(Sensibilidade epistêmica modal)

As propostas diferem. A de Dretske sugere que é a *evidência* (as razões) que tem de rastrear a verdade. A de Nozick sugere que são as crenças que têm de rastrear a verdade. Nos dois casos a noção de rastreamento é estabelecida com recurso a condições que assentam em intuições modais e que tentam eliminar a *possibilidade* de acaso epistêmico que governa todos aqueles casos de crença que não podem ser considerados casos de conhecimento.

Muitos contra-exemplos tipo Gettier parecem desaparecer se estas condições forem satisfeitas. Note-se que a crença de Smith de que Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona não é, segundo a Condição 2 de Dretske, sustentada por razões conclusivas. Smith continuaria a ter as razões (não conclusivas) para a sua crença mesmo se Brown não estivesse em Barcelona, pois essas razões são as entregues pela evidência (enganadora) que Smith tem para sustentar a proposição (falsa) que *Jones tem um carro*. Logo, não tendo razões conclusivas, Smith não teria conhecimento.

Algo semelhante pode ser afirmado a respeito da definição de Nozick: Smith continuaria a ter a sua crença mesmo se ela fosse falsa.

Falham as condições 3 e 4. Por conseguinte, Smith não tem conhecimento mesmo tendo uma crença verdadeira justificada.

Como tantas outras, as definições de Dretske e Nozick são alvo de controvérsia. Descreve-se de seguida um alegado contra-exemplo (ligeiramente modificado) de Pritchard 2007 à suficiência dessas condições. X forma a crença de que estão 23°C no interior de uma sala porque olha para um termómetro (na sala) que marca essa temperatura. A crença de X é verdadeira porque essa é de facto a temperatura ambiente na sala. Mas sem que X possa estar ciente disso, o termómetro só marca a temperatura certa porque um brincalhão se diverte a introduzir esse valor no termómetro (cujo sensor de temperatura está avariado), isto sem que X se aperceba. Supondo agora que o brincalhão insere o valor certo de temperatura no termómetro de cada vez que acontecer uma variação de temperatura na sala, segue-se que X terá sempre razões conclusivas para acreditar (satisfazendo a definição de Dretske) e as suas crenças irão, nestas condições, rastrear a verdade (satisfazendo a definição de Nozick). Contudo, não é nada claro que se possa atribuir a X conhecimento acerca da temperatura da sala, pois algo de estranho ocorre no seu processo de formação de crenças. Especificamente, o sucesso epistémico não pode ser imputado ao trabalho epistémico feito pelo agente. Se o contra-exemplo estiver correto, embora as crenças de X relativas à temperatura da sala satisfaçam as definições de Dretske e Nozick, elas não são conhecimento.

Outro problema com a definição de Nozick, segundo Dancy (1985: 59), é o de que concede demasiado ao cepticismo. Se X fosse um cérebro numa cuba, uma hipótese que não é logicamente contraditória ou metafisicamente impossível, nunca poderia satisfazer a condição (iii), pois as suas crenças não poderiam rastrear a verdade (*e.g.*, X continuaria a acreditar que está a comer macarrone no restaurante mesmo se não estivesse e essas percepções e sensações fossem implantadas directamente no seu cérebro por máquinas maldosas). Assim, se X fosse um cérebro numa cuba, nunca poderia saber, por si só, que não o era. O céptico vale-se naturalmente da definição de Nozick para dizer que não podemos asseverar que *não* somos cérebros em cubas.

O truque neo-mooreano para rejeitar esta pretensão do céptico e definir o conhecimento passa por propor o seguinte esquema:

Condição 1: X tem, no mundo actual, a crença, C, que p

Condição 2: C é verdadeira no mundo actual

Condição 3: C não poderia facilmente ter sido falsa (i.e., ser falsa nos mundos possíveis relevantes mais próximos do mundo actual)

(Segurança epistémica)

Considere-se, por exemplo, a crença de Smith de que Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona. Como vimos, essa crença é (acidentalmente) verdadeira, mas poderia facilmente ter sido falsa, pois em mundos possíveis próximos do mundo actual Brown não está em Barcelona mas em L'Hospitalet de Llobregat. A condição 3 não é satisfeita e assim se explica por que razão Smith tem uma crença verdadeira que não é conhecimento.

A condição 3 serve também para mostrar por que razão casos como o caso do celeiro de Goldman 1976, nos quais não há aparentemente qualquer problema com a evidência de um agente ou com o modo como é adquirida através do correcto exercício das suas virtudes intelectuais e cognitivas, tal como sugeridas por Plantinga 1993 e Sosa 2007, não podem contar como casos de conhecimento.

O caso do celeiro pode ser resumido da seguinte maneira: guiando o seu automóvel por uma estrada no campo, Henrique depara-se com um conjunto de fachadas de celeiros que da perspectiva de quem passa na estrada são indistinguíveis de celeiros reais. Entre essas fachadas há porém um celeiro real. Vendo-o, Henrique passa a acreditar que está perante um celeiro. Esta crença é verdadeira e está suportada por boa evidência (perceptual), mas, segundo alguns, não é conhecimento, precisamente porque poderia muito facilmente ter sido falsa – há um mundo possível próximo do actual onde o celeiro real não existe, sendo nesse mundo substituído por mais uma fachada de celeiro.

2.5. *Alternativas relevantes e adequação semântica*

O caso do celeiro e outros, como o famoso caso da mula no zoológico habilmente pintada para se assemelhar a uma zebra Drestske (2000: 39), parecem impor uma exigente cláusula para o conhecimento:

X sabe que p se, e só se, X consegue eliminar todas as alternativas relevantes a p

(Condição exigente)

Dretske e outros indicam como hipótese de trabalho que

X sabe que p se não há qualquer proposição verdadeira q , contraditória a p , que falseie p

(Interpretação da condição exigente)

A condição exigente é geralmente alicerçada em duas teses. Por um lado, a tese de que as limitações cognitivas próprias dos seres humanos não lhes permitem, na maior parte dos casos, eliminar todas as alternativas relevantes àquilo em que acreditam. Por outro lado, a tese de que o conhecimento *não* é fechado sob implicação lógica, uma tese defendida por exemplo por Dretske (2006: 13-25). Se esta tese estiver em ordem, X pode saber que p , saber que p implica que q , mas não saber que q (impenetrabilidade dos operadores epistémicos).

A respeito da primeira tese, Lewis 1996 mapeia algumas regras que alegadamente *ditam* quais as alternativas que podem ser seguramente ignoradas e quais as que não podem. O objetivo do exercício é reduzir ao máximo o número de alternativas relevantes que se colocam a cada proposição passível de ser conhecida, evitando-se assim o ceticismo e substituindo-o pelo falibilismo, um “mal menor”. Mas o próprio Lewis reconhece (ironicamente) que o simples facto de as regras mencionarem algumas alternativas impede que estas últimas possam ser seguramente ignoradas. A conclusão a que chega é a de que o conhecimento é um fenómeno esquivo, principalmente quando o mencionamos, no interior da epistemologia, o que pode colocá-lo em risco.

A respeito da segunda tese, a motivação para rejeitar a aplicação universal do princípio do fecho emana, ainda segundo Dretske (2006: 7), da necessidade de se bloquear a inferência subjacente a argumentos cépticos, nomeadamente a seguinte premissa:

Se X não sabe que p , então não sabe que q

Se X sabe que tem mãos, então sabe que não é um cérebro numa cuba (porque sabe que ter mãos implica não ser um cérebro numa cuba).

Mas, no sentido inverso da demonstração, o usado pelo argumento céptico, se X não sabe que não é um cérebro numa cuba então não sabe que tem mãos (uma vez que sabe que não saber que não é um cérebro numa cuba implica que não possa saber que tem mãos). No entanto, segundo Dretske, a exclusão do princípio do fecho aplica-se somente quando a passagem tem consequências fortes para a posição cognitiva do agente, como quando este tem que garantir que não é um cérebro numa cuba ou quando o céptico quer mostrar que ele o é ou pode sê-lo.

Hawthorne (2006: 26-42) rejeita a eliminação do princípio do fecho porque ela implica consequências bastante implausíveis, como por exemplo a invalidade de algumas inferências feitas com recurso à regra de introdução da conjunção. E segundo De Rose 1995, a estratégia de Dretske leva às chamadas asserções abomináveis, como por exemplo, 'Eu sei que tenho mãos (conhecimento comum) mas não sei que *não* sou um cérebro numa cuba (conhecimento com fortes consequências)'. De Rose sugere como alternativa o seu contextualismo semântico, segundo o qual o valor de verdade de uma mesma atribuição de conhecimento (*e.g.*, X sabe que não é um cérebro numa cuba) pode variar em função dos *standards* epistémicos que governam os contextos nos quais essas atribuições são feitas.

2.6. *Conhecimento primeiro*

A resposta de Williamson 2000 à Questão-C rompe com as posições analíticas tradicionais. Esta resposta sugere que o conceito de conhecimento não é analisável em conceitos mais primitivos e mais explicativos. O conceito de conhecimento vem primeiro na ordem da explicação (é primitivo) e o conhecimento não pode ser decomposto em partes como crença, verdade e justificação, ou outras quaisquer, uma vez que nenhuma análise conceptual do conhecimento poderia exaurir satisfatoriamente a extensão desse conceito. Assim se explica, segundo Williamson, a razão por que *todas* as tentativas no interior da Indústria-Gettier para responder à Questão-C com uma definição analítica falharam. A alternativa sugerida por Williamson é a de que o conhecimento é um estado mental factivo, o epistemicamente mais inclusivo, sendo linguisticamente determinado por um operador sintático: ...sabe que *p*... Tendo a primazia na ordem

da explicação, é o próprio conceito de conhecimento que elucida os conceitos de crença verdadeira justificada e outros do mesmo género, como por exemplo o conceito de evidência, com o qual é estabelecida uma identidade: só o conhecimento é evidência.

2.7. Outras ideias

Outras respostas interessantes à Questão-C, como a de Weatherson 2003, passam por apelar a intuições divergentes sobre o conhecimento ou, na linha de Hetherington 1999, enfraquecer o conceito de conhecimento de maneira a que possa acomodar o Problema de Gettier. Já Saunders and Champawat 1964 sugerem que o conceito de conhecimento possa não ser expresso por um conceito mas por uma família de conceitos com semelhanças de família.

Weatherson sugere que há um conflito de intuições dificilmente solucionável a respeito do Problema de Gettier. Crucialmente, defende que os proponentes da falsificação da DTC têm entre mãos o ónus de demonstrar que a intuição de que DTC é falsa é *melhor* do que a intuição de que o conhecimento é, pelo menos numa grande maioria de casos, apenas crença verdadeira justificada. O caso é ilustrado a partir de estudos empíricos que revelam intuições divergentes acerca do Problema de Gettier tidas por diferentes pessoas em diferentes zonas do Globo e inseridas em diferentes contextos sócio-culturais. Segundo o autor, existe uma amostra significativa de pessoas que têm a intuição de que os casos Gettier são, apesar de tudo, casos de conhecimento.

Hetherington defende que os casos Gettier e afins (pelo menos os mais básicos) devem ser admitidos como casos de um tipo especial de conhecimento: conhecimento falível. São casos nos quais o agente tem conhecimento mas esteve muito perto de não ter (mais uma vez, discute-se se estes casos estão numa zona conceptual cinzenta que circunda o conceito de conhecimento). X sabe que p quando as três condições da DTC são satisfeitas mas uma dessas condições poderia facilmente não ter sido satisfeita. Assim, X sabe falivelmente que p se X acredita justificadamente que p e p é verdadeira no mundo actual ($@$), mas em pelo menos um mundo possível próximo de $@$ uma das três condições necessárias para X saber que p não é satisfeita. Por exemplo, no mundo ω próximo de $@$, X acredita justificadamente

que p mas é falso que p (não é satisfeita a condição de verdade); ou no mundo Φ próximo de $@$ é verdade que p e X está justificado em acreditar que p , mas X não acredita que p (não é satisfeita a condição de crença); ou ainda, no mundo \forall próximo de $@$, X acredita que p e p é verdadeira mas a crença de X que p não está justificada (não é satisfeita a condição de justificação).

Saunders e Champawat sugeriram que os contra-exemplos de Gettier e a problemática a eles associada são reveladores de que o conceito de conhecimento é uma teia de uma teia de entidades teóricas que partilham semelhanças de família, devendo esta expressão ser lida à luz da célebre proposta de Wittgenstein (1953, §§ 65-67). Lycan 2006 recusa no entanto que “conhece” ou “sabe” e o conceito de conhecimento satisfaçam as duas estruturas que a noção de *família de semelhanças* poderia indicar com respeito ao conhecimento: a estrutura-paradigma, por um lado, e a estrutura-cruzamento, por outro.

Quanto à estrutura-paradigma Lycan define-a do seguinte modo: y satisfaz o conceito X , e é portanto um x real, puro, absoluto, etc., se e só se exhibe *todas* as propriedades desse conceito X . Se, mesmo não exibindo todas essas propriedades, z exhibe no entanto *suficientes* propriedades do conceito X , então z pertence, conjuntamente com outros candidatos nas mesmas condições, a uma família com semelhanças cujos elementos partilham o paradigma X . Para Lycan, candidatos a elementos da estrutura paradigma “conhecimento”, como por exemplo crença verdadeira justificada, não pertencem à estrutura paradigma porque *não são objectivamente conhecimento*. Isto é negar que haja uma definição que satisfaça o paradigma “conhecimento” porque nenhuma definição pode satisfazer esse paradigma. Assim, a posição de Lycan parece incorrer numa petição de princípio: z não pertence a uma família de conceitos que em conjunto formam o conceito de conhecimento porque z não é conhecimento. Descrições e raciocínios similares podem ser aplicados à estrutura-cruzamento.

A literatura filosófica recente sobre o conhecimento aponta um extenso número de respostas à Questão-C. Não pudemos fazer justiça a todas em virtude desse grande volume de propostas. Por outro lado, tendo em conta o estado da arte, também não é possível escolher apoditicamente quais são as melhores ou quais deveriam ter a prioridade e, logo, ser inseridas num texto que visa elucidar o fe-

nómeno do conhecimento. Não obstante, em razão do que se viu e da história distante e recente do problema, é possível certificar duas coisas com alguma segurança. Primeiro, existe uma grande indeterminação a respeito dos melhores candidatos para definir o conhecimento. Segundo, dada a dificuldade em encontrar uma definição real para o fenómeno, talvez seja preferível defini-lo nominalmente, recorrendo para tal a intuições e conceitos que foram sendo associados ao fenómeno pelas tentativas de submeter uma definição real para ele. Entre estas intuições e conceitos contam-se, notavelmente, os de crença, verdade, justificação, garantia, evidência, fiabilidade, causalidade e não-acidentalidade epistémica.

Luís Estevinha Rodrigues
Universidade Federal do Ceará
LANCOG Group - Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Referências

- Ayer, Alfred. 1956. *The Problem of Knowledge*. London: Macmillan.
- BonJour, Laurence. 1985. *The Structure of Empirical Knowledge*. Harvard: Library of the Congress.
- Chisholm, Roderick. 1957. *Perceiving: A Philosophical Study*. Ithaca: Cornell University Press.
- Chisholm, Roderick. 1989. *Theory of Knowledge*. 3rd Edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Clark, Michael. 1963. Knowledge and Grounds: A Comment on Mr. Gettier's Paper. *Analysis* 24 (2): 46-48.
- Dancy, Jonathan. 1985. *Epistemologia Contemporânea*. Tradução de Teresa Pérez. Lisboa. Edições 70.
- Dretske, Frederick. 2000. *Perception, Knowledge and Belief*. Cambridge: Cambridge University Press
- Dretske, Frederick. 2006. The case against closure. In *Contemporary Debates in Epistemology*. Edited by M. Steup and E. Sosa. Oxford: Blackwell.
- Fumerton, Richard. 2001. Epistemic Justification and Normativity. In *Knowledge, Truth, and Duty: Essays on Epistemic Justification, Responsibility, and Virtue*. Edited by M. Steup. Oxford: Oxford University Press.
- Gettier, Edmund. 1963. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis* 23 (6): 121-123.
- Goldman, Alvin. 1967. A Causal Theory of Knowing. *The Journal of Philosophy* 64 (12): 357-372.
- Goldman, Alvin. 1976. Discrimination and Perceptual Knowledge. *The Journal of Philosophy* 73 (20): 771-791.
- Hack, Susan. 2001. *Evidence and Inquiry*. Oxford: Blackwell.
- Hawthorne, John. 2006. The case for closure. In *Contemporary Debates in Epistemology*. Edited by M. Steup and E. Sosa. Oxford: Blackwell.
- Hetherington, Stephen. 1999. Knowing Failably. *The Journal of Philosophy* 96 (11): 565-587.
- Lewis, Clarence. 1956. *Mind and the World Order: Outline of a Theory of Knowledge*.

- Mineola: Dover Publications Inc.
- Lewis, David. 1996. Elusive Knowledge. *Australasian Journal of Philosophy* 74 (4): 549-567.
- Lycan, William and Douglas McCall. 1975. The Catastrophe of Defeat. *Philosophical Studies* 28 (2): 147-150.
- Lycan, William. 2006. On the Gettier Problem Problem. In *Epistemology Futures*. Edited by S. Hetherington. Oxford: Oxford University Press.
- Neta, Ram. 2011. The basing relation. In *The Routledge Companion to Epistemology*. Edited by S. Bernecker and D. Pritchard. New York: Routledge.
- Noë, Alva. 2005. Against Intellectualism. *Analysis* 65 (4): 278-90.
- Nozick, Robert. 1981. *Philosophical Explanations*. Library of Congress Cataloging in Publication Data.
- Pailthorp, Charles. 1969. Knowledge as Justified, True Belief. *The Review of Metaphysics* 23 (1): 25-47.
- Plantinga, Alvin. 1993. *Warrant: The Current Debate*. Oxford: Oxford University Press.
- Pollock, John. 1986. *Contemporary Theories of Knowledge*. Oxford: Rowman and Littlefield.
- Pritchard, Duncan. 2007. Anti-Luck Epistemology. *Synthese* 158 (3): 277-297.
- Radford, Colin. 1966. Knowledge-By Examples. *Analysis* 27 (1): 1-11.
- Rodrigues, Luís. 2012. Uma Solução não convencional para o Problema de Gettier. *Veritas* 57 (2): 26-50.
- Ryle, Gilbert. 1949. *The Concept of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Sartwell, Crispin. 1991. Knowledge is Merely True Belief. *American Philosophical Quarterly* 28 (2):157-165.
- Robert, Shope. 2002. Conditions and Analyses of Knowing. In *The Oxford Handbook of Epistemology*. Edited by P. Moser. Oxford: Oxford University.
- Sosa, Ernest. 2007. *A Virtue Epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- Stanley, Jason and Timothy Williamson. 2001. Knowing How. *Journal of Philosophy* 98 (8): 411-444.
- Stanley, Jason. 2011. Knowing How. *Noûs* 45 (2): 207-238.
- Weatherston, Brian. 2003. What Good Are Counterexamples? *Philosophical Studies* 115 (1): 1-31.
- Williamson, Timothy. 2000. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press.
- Wittgenstein, Ludwig. 1953. *Investigações Filosóficas*. Tradução M.S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zagzebski, Linda. 1999. What Is Knowledge? In *The Blackwell Guide to Epistemology*. Edited by J. Greco and E. Sosa. Oxford: Blackwell.